



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0023312-39.2012.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Aposentadoria por Invalidez**  
Requerente: **Antonio Ferreira Lopes**  
Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS.**

**ANTONIO FERREIRA LOPES** ajuizou a presente AÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR DOENÇA DO TRABALHO em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, que no início de 2004 sofreu acidente de trabalho enquanto “descarregava” um caminhão e que tal evento ocasionou as doenças especificadas a fls. 04. Requereu a concessão de sua aposentadoria por invalidez. Juntou documentos.

Devidamente citado, o réu apresentou sua contestação às fls. 50 e ss, rebatendo as afirmações do autor, alegando que a doença narrada na inicial é degenerativa, sem qualquer nexo causal com o trabalho. Culminou em pedir a improcedência da ação. Trouxe quesitos para perícia às fls. 74/75.

Sobreveio réplica às fls. 77/78.

Designada perícia técnica, o laudo pericial foi carreado a fls. 88/90.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Manifestação do autor às fls. 94/100 e do réu às fls. 103.

As partes foram instadas a produzir provas. O autor requereu oitiva de testemunhas e o requerido manifestou desinteresse.

Designada audiência de instrução, foram colhidos os depoimentos de fls. 117/118.

Alegações finais a fls. 121 e ss. pelo autor.

O INSS não apresentou alegações finais.

É o **RELATÓRIO**.

**DECIDO.**

A prova amealhada (pericial e oral) ao longo do sumário não dá sustentação ao reclamo.

Segundo o vistor oficial – único a se pronunciar nos autos – a incapacidade parcial e permanente do autor é decorrente de processo degenerativo da coluna (a respeito cf. especificamente fls. 89/90).

Para suprir eventual dúvida residual, o juízo deliberou a oitiva de testigos que pouco, ou praticamente nada, puderam contribuir para o desfecho favorável da ação.

Sobre eventual serviço **penoso** nada foi revelado.

Assim, não há como o juízo se pronunciar sobre a ocorrência



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
1ª VARA CÍVEL  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

de possíveis micro traumas decorrentes da atividade profissional.

Suficientemente caracterizada a ausência de nexo de causalidade entre a atividade desenvolvida pelo autor e a doença que o acomete, cuja natureza é provavelmente degenerativa e independe da sobrecarga a que é submetido, o que restou evidenciado pela piora do quadro mesmo durante o afastamento do ambiente de trabalho, **impõe-se a improcedência.**

Ainda que o autor discorde da conclusão da *expert*, como sói acontecer na hipótese de laudo pericial desfavorável, é forçoso concluir que a ausência de nexo de causalidade entre a patologia apresentada e o exercício da atividade laboral impossibilita o acolhimento dos pedidos formulados na inicial.

Nesse sentido é jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça, destacando-se:

**AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE DOENÇAS OCUPACIONAIS — OSTEOPOROSE, ARTROSE DEGENERATIVA DE COLUNA VERTEBRAL, DE OMBROS E DE JOELHOS, ABAULAMENTO E PROTRUSÃO DISCAL CERVICAL LOMBAR, ACRÔMIO TIPO II E SÍNDROME DO IMPACTO NOS OMBROS, LESÃO DOS MENISCOS NOS JOELHOS E CONDROMALÁCIA PATELAR NOS JOELHOS, SEQUELA DE INFARTO AGUDO DO MIORCÁRDIO, HIPERTENSÃO ARTERIAL E HIPOTIREOIDISMO. PRESENÇA DE INCAPACIDADE LABORATIVA, MAS AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE /CONCAUSALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO COMO PRETENDIDO PELO AUTOR. APELAÇÃO DO REQUERENTE IMPROVIDA (Apelação nº 0014150-26.2012.8.0564 — 16ª Câmara de Direito Público — Rel. Des. FLORA MARIA NESI TOSSI SILVA — j. 28.01.2014.**

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

\*\*\*

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **JULGO IMPROCEDENTE** o reclamo por entender que no caso não há sustentáculo para concessão da aposentadoria almejada.

Sem custas na forma da legislação vigente.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 475 do CPC e Súmula 423 do STF.

**P.R.I.**

São Carlos, 11 de dezembro de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**